Mensagem nº 238

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Os méritos do Senhor Alfredo Cesar Martinho Leoni que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2014.

EM nº 00232/2014 MRE

Brasília, 12 de Maio de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Aviso nº 327 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI*
CPF.: 385.363.827-91
ID.: 3126 MRE

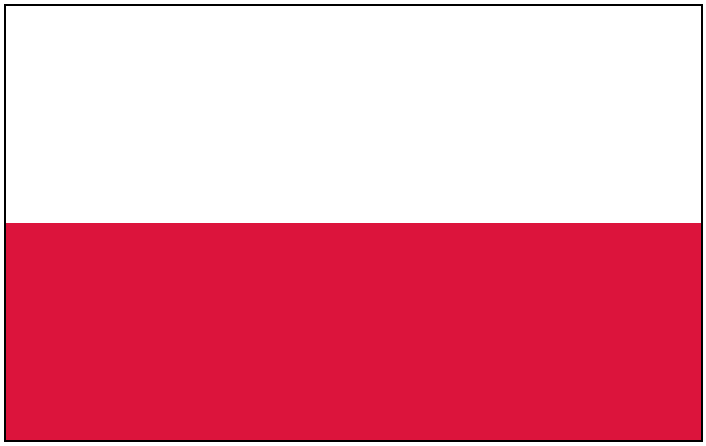
1956	Filho de Angelo Leoni e Maria Martinho Leoni, nasce em 15 de abril, em Bauru/SP
Dados Acadêmicos:	
1979	Direito pela Universidade Federal do Rio de JaneiroJ/RJ
1980	CPCD – IRBr
1989	CAD – IRBr
2005	CAE, IRBr, O Programa de Estudantes-Convênio como Instrumento da Política Externa Brasileira
Cargos:	
1981	Terceiro-Secretário
1986	Segundo-Secretário
1992	Primeiro-Secretário, por merecimento
1999	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2012	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1981	Divisão de Atos Internacionais, assistente
1983	Departamento Consular e Jurídico, assessor
1983	Embaixada em Acra, Encarregado de Negócios em missão transitória
1984	Embaixada no México, Terceiro e Segundo-Secretário
1986	Reunião Regional das Nações Unidas sobre Nomes Geográficos, México, Chefe de delegação
1987	Embaixada em Berlim, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios
1988	Encontro Internacional em Favor de Zonas Livres de Armas Nucleares, Berlim, Chefe de delegação
1990	Divisão do Pessoal, assessor e Chefe, interino
1991	Secretaria-Geral de Controle, Subsecretário de Auditoria, substituto
1991	Secretaria-Geral Executiva, Coordenador Executivo
1992	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Coordenador Executivo
1993	Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário
1995	Conselho de Segurança da ONU, Delegado junto aos Comitês de Sanções
1996	Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário
1998	Secretaria de Controle Interno, Subsecretário de Auditoria e Secretário de Controle Interno, substituto
1999	Divisão de Formação e Treinamento, Chefe
1999	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Diretor Geral, substituto, e Ordenador de Despesas
2000	Divisão de Cooperação Educacional, Chefe
2001	Embaixada em Roma, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2001	Instituto Ítalo-Latino-Americano, Roma, Representante, alterno
2001	54ª e 55ª Sessão da Assembléia Geral do Instituto para a Unificação do Direito Internacional Privado, Roma, Chefe de delegação (2001 e 2002)

2002	Reunião da Força Tarefa das Nações Unidas para a Ásia Meridional, Roma, Chefe de delegação
2002	Reunião Internacional de Apoio à Paz no Oriente Médio, Nicosia, Chefe de delegação
2002	Reunião do Comitê das Nações Unidas sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, Nicosia, Chefe de delegação
2002	Congresso para a Harmonização Mundial do Direito Privado e a Integração Econômica Regional, Roma, Chefe de delegação
2002	Seminário das Nações Unidas sobre o Direito Penal Econômico, Mercado Global e Infiltração do Crime Organizado, Nápoles, Chefe de delegação
2003	Embaixada em Tóquio, Conselheiro
2006	Coordenação-Geral de Modernização, Coordenador-Geral
2006	Embaixada em Oslo, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007	Embaixada em Washington, Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios
2009	Embaixada em Islamabade, Embaixador. Embaixadas em Cabul e Dushambé, Embaixador não-residente
Condecorações	
1991	Ordem de Bernardo O`Higgins, Chile, Oficial

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

POLÔNIA



Informação para o Senado Federal
Março de 2014

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Polônia
CAPITAL	Varsóvia
ÁREA	312.685 km^2
POPULAÇÃO	38.383.809 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Polonês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos romanos (89,8%), Ortodoxos (1,3%)
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; *Sejm* (câmara baixa) e Senado
CHEFE DE ESTADO	Presidente Bronislaw Komorovski (desde 6/8/2010)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Donald Tusk (desde 16/11/2007)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Radosław Sikorski (desde 16/11/2007)
PIB	US$ 489,795 bilhões
PIB PPP	US$ 806,419 bilhões
PIB *per capita*	US$ 12.708,00
PIB *per capita* PPP	US$ 20.920,00
IDH	0,821 - 39º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA	76,3 anos
ALFABETIZAÇÃO	99,5%
DESEMPREGO	10%
UNIDADE MONETÁRIA	Złoty
EMBAIXADOR NO BRASIL	Andrzej Braiter
COMUNIDADE BRASILEIRA	Aproximadamente 700 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(*US$ milhões*)

BRASIL → POLÔNIA	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
Intercâmbio	**407,015**	**511,901**	**539,524**	**859,688**	**575,244**	**836,914**	**947,838**	**1.016,598**	**1.204,9**
Exportações	272,896	299,850	271,691	329,611	303,302	391,575	481,501	389,987	395,881
Importações	134,118	212,050	267,843	530,076	271,941	445,338	466,337	626,611	809,058
Saldo	*138,777*	*87,800*	*3,848*	*-200,464*	*31,360*	*-53,763*	*15,164*	*-236,623*	*-413,177*

PERFIS BIOGRÁFICOS

BRONISŁAW KOMOROVSKI
Presidente da República

Nasceu em Oborniki Śląskie, em 4/6/1952. Graduou-se em História pela Universidade de Varsóvia.

Como estudante de escola secundária, envolveu-se em atividades de oposição ao regime comunista, o que lhe valeu a prisão em diversas ocasiões, a primeira aos 19 anos.

Trabalhou no Comitê de Proteção dos Trabalhadores e no Movimento em Defesa dos Direitos Humanos e Civis, a partir de 1976. Foi, ainda, redator de diversos jornais contra o regime, em particular o ABC (Adriático-Báltico-Negro). Entre 1980 e 1981, trabalhou no Centro de Pesquisa Social do Sindicato *Solidarność*. Em 27/9/1981, foi um dos signatários da declaração de fundação dos Clubes a Serviço da Independência. Foi internado durante o período de lei marcial no país (1981-1983).

Foi eleito pela primeira vez ao Parlamento pela União Democrática, em 1991. Sucessivas vezes reeleito, foi parlamentar até 2010 (filiou-se ao Plataforma Cívica em 2001). Atuou nas Comissões para a Diáspora Polonesa, de Defesa Nacional e de Relações Exteriores.

Foi Ministro da Defesa (2000-2001) e Presidente do *Sejm* (2007-2010).

Como Presidente do *Sejm*, assumiu interinamente a Presidência da República, após o falecimento do então Presidente Lech Kaczyński, em abril de 2010. Em eleições antecipadas realizadas em julho, foi eleito Presidente da República com 53% dos votos no segundo turno contra o candidato Jarosław Kaczyński (irmão gêmeo do Presidente falecido), e tomou posse em 6/8/2010.

DONALD TUSK
Primeiro-Ministro

Nasceu em Gdańsk, em 22/4/1957.

Graduou-se em História pela Universidade de Varsóvia em 1980.

Na universidade, ajudou a fundar o Comitê Estudantil do *Solidarność* e, mais tarde, a União Independente dos Estudantes, diretamente afiliada àquele sindicato. Impedido de ingressar no serviço público, trabalhou por sete anos em uma cooperativa em Swietlik.

Fundou o partido Congresso Liberal Democrática (KLD) em 1991. Com o *slogan* "nem à direita, nem à esquerda – apenas em frente rumo à Europa", conseguiu ser eleito para o *Sejm* em 1991, onde permaneceria até 1993. Apoiou a aliança entre o KLD e a União Democrática para formar a União pela Liberdade, pela qual seria eleito Senador em 1997.

Foi um dos fundadores, em 2001, do Plataforma Cívica (PO), que ganharia 65 cadeiras no *Sejm* nas eleições daquele ano. Líder da oposição, tornou-se Vice-Presidente da câmara baixa.

Derrotado nas eleições presidenciais de 2005, saiu vitorioso das eleições legislativas dois anos depois. Em 16/11/2007, tomou posse como Primeiro-Ministro Há mais de seis anos à frente do Governo, é o mais longevo *Premier* da história da III República Polonesa.

Suas posições políticas se baseiam na defesa estrita do livre mercado, do Estado mínimo e da construção de relações de parceria com os países da União Europeia e de amizade com a Rússia.

RADOSŁAW SIKORSKI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Bydgoszcz, em 23/2/1963.

Presidente do Comitê de Greve Estudantil do I Liceum Ogólnokształcące em março de 1981. Com a declaração da Lei Marcial em 1983, recebeu asilo no Reino Unido. Formou-se em Filosofia, Política e Economia pela Universidade de Oxford. Em 1987, obteve cidadania britânica, à qual renunciaria em 2006.

Trabalhou como jornalista *free-lancer* para o *The Observer* e *The Spectator*. Em 1986, foi correspondente de guerra do *The Sunday Telegraph* no Afeganistão, por cujo trabalho seria laureado com o *World Press Photo Award* em 1987. Tornou-se correspondente internacional da revista norte-americana *National Review*, em 1989. No mesmo ano, retornou para a Polônia, onde seria correspondente do *Sunday Telegraph*.

Em 1992, serviu por breve período como Vice-Ministro da Defesa no Governo Jan Olszewski, quando deu início às ambições polonesas de integrar a OTAN.

Entre 1998 e 2001, foi Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo Jerzy Buzek, responsável por África, Ásia e América Latina e serviços consulares.

De 2002 a 2005, foi *fellow resident* no *American Enterprise Institute*, em Washington, D. C., e diretor-executivo da *New Atlantic Initiative*. Até hoje é membro da Junta de Assessores dos Comitês Norte-Americanos de Relações Exteriores.

De volta à Polônia, foi eleito senador em 2005, e juntou-se ao Governo como Ministro da Defesa Nacional no mesmo ano. Renunciou em 2007. Nas eleições do mesmo ano, foi eleito para o *Sejm*.

Convidado pelo Primeiro-Ministro Donald Tusk, tomou posse como Ministro dos Negócios Estrangeiros em 16/11/2007.

Sikorski é provável candidato à sucessão de Catherine Ashton como Alto Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança.

Esteve no Brasil em 1999, como Vice-Ministro, e em novembro de 2012, como Chanceler.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência da Polônia, em 17/8/1918. Mesmo antes, o País já dera mostras de sua simpatia em relação à nação polonesa, com a filiação do Imperador D. Pedro II a uma sociedade patriótica polaca de emigração com sede na Suíça, a acolhida de imigrantes poloneses em solo pátrio a partir de 1869 e a defesa contundente da restauração do Estado polonês por Ruy Barbosa na Conferência da Haia de 1907.

Em 1921, o Brasil inaugurou em Varsóvia sua Legação, fechada entre 1939 e novamente em 1941, em razão da invasão do país por forças nazistas e soviéticas, respectivamente. Em 1941, o Brasil reabriu a Legação, junto ao Governo polonês no exílio em Londres. A representação retornou a Varsóvia em 1947, e em 1961 foi elevada à categoria de Embaixada.

A presença no Brasil de uma importante comunidade de origem polonesa confere especial dimensão ao relacionamento bilateral. Estima-se que essa comunidade seja constituída por aproximadamente 1,8 milhão de pessoas (a segunda maior no mundo, superada apenas pela existente nos EUA), radicadas, sobretudo, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

As relações bilaterais são marcadas pela cordialidade, mas padeceram até recentemente sob a política de "indiferença benigna" da Polônia em relação à América Latina, reforçada pela orientação atlantista, europeísta e americanófila de sua política externa desde o final da Guerra Fria. Indicações de que esse paradigma estaria sendo revertido, ainda que em passos lentos, são a importância que a Polônia atribui ao relacionamento da UE com seus parceiros estratégicos e a vertente econômica de uma diplomacia voltada para as grandes economias emergentes, bem como o interesse polonês em engajar-se em projetos de cooperação com algumas nações da América Latina, especialmente em áreas de clima e energia, seguidos do desenvolvimento de relações econômicas mais próximas, "particularmente com Brasil, Argentina, México, Chile e Peru" (segundo documento da Chancelaria sobre as prioridades da política polonesa para 2012-2015).

Visitas de alto nível

O Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Polônia em 2002, mesmo ano em que o Presidente Alexander Kwasniewski veio ao Brasil. Desde 2010, o Governo polonês tem reiterado convite para uma visita da Presidenta Dilma Rousseff a Varsóvia. Há convite, ainda, ao Senhor Ministro da Justiça, desde janeiro de 2013. O interesse da parte polonesa seria tratar sobre a cooperação em matéria de organização de

grandes eventos esportivos (Polônia compartilhou com a Ucrânia a organização da UEFA Eurocopa 2012).

Em agosto de 2003, o Chanceler Wlodzmierz Cimoszewicz realizou visita ao Brasil, que seria retribuída pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em 18/6/2010, no contexto da comemoração dos 90 anos do reconhecimento da independência polonesa pelo Brasil.

Em novembro de 2012, visitou o Brasil o Chanceler Radosław Sikorski, à frente de expressiva delegação empresarial que se deslocou ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Em encontro entre o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e Sikorski, os Chanceleres destacaram a retomada dos contatos bilaterais de alto nível e ressaltaram as semelhanças entre os dois países que abrem possibilidades de cooperação: o dinamismo econômico em meio à crise financeira, a gestão macroeconômica prudente, a expansão de suas respectivas classes médias e as políticas para diversificar a pauta de relacionamentos externos.

Os Chanceleres comprometeram-se a ativar o Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, firmado em 1996; discutiram a situação na zona do euro e as perspectivas de adesão polonesa à moeda única; e trataram do G-20 e do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Sikorski pediu o apoio do Brasil ao ingresso da Polônia no G-20. Recordou que se trata da 23.ª economia do mundo, à frente de países membros como a Argentina e a África do Sul, e estimou que o exemplo polonês, de transformação exitosa da economia socialista em dinâmica economia de mercado, poderia revelar-se atributo importante para o grupo. No que concerne à reforma do CSNU, o Chanceler polonês tornou a manifestar o apoio de seu país ao pleito brasileiro de integrar o órgão como membro permanente.

Por ocasião da visita foram assinados os seguintes instrumentos bilaterais: *i*) Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas; *ii*) Acordo sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros das Famílias do Pessoal Diplomático ou Consular; e *iii*) Programa Executivo do Acordo sobre Cooperação Cultural para os Anos 2013-2015.

Em visita à Polônia para participar da 19.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, manteve breve reunião de trabalho com Sikorski, na manhã do dia 22/11/2013. Inicialmente, o Chanceler Sikorski recordou sua visita ao Brasil em novembro de 2012, reiterando o sentido essencialmente econômico-comercial da iniciativa. Afirmou que o empresariado de seu país está disposto a seguir aumentando as trocas comerciais com as empresas brasileiras, especialmente nos negócios que envolvem vendas de máquinas e equipamentos, e acenou também com a possibilidade de investimentos nos setores de infraestrutura e mineração.

Sugeriu negócios envolvendo o setor de defesa e sublinhou o fato de hoje a Polônia ter o quinto maior orçamento nessa área dentro da União Europeia (UE). Encorajou o Brasil a enviar representantes para a 13.ª Feira Militar do Báltico, a ser realizada em junho de 2014, em Gdansk, e para a 22.ª Exposição Internacional da Indústria de Defesa MSPO de Kielce, em setembro próximo.

O Chanceler Sikorski afirmou enxergar a Polônia como alvo de críticas injustas sobre o tema ambiental, em face da redução das emissões de gases causadores do efeito estufa alcançada nos últimos anos. Disse que a transição para uma economia de baixo carbono deve ocorrer em velocidade adequada para as possibilidades do país e ressaltou a importância dos investimentos na exploração de gás de xisto no país.

Sobre a reforma do CSNU, Sikorski disse reconhecer o Brasil como "candidato natural" da região. Defendeu a hipótese de uma vaga para a UE no Conselho e solicitou apoio à candidatura polonesa por assento não permanente no CSNU para 2017.

O Ministro Figueiredo assinalou, por fim, o interesse brasileiro em seguir a cooperação em ciência e tecnologia e educação com a Polônia, e mencionou a assinatura entre o CNPq e a Conferência dos Reitores poloneses (CRASP) de acordo que permitiu o ingresso do país no programa Ciência sem Fronteiras.

Comércio e investimentos

O comércio bilateral vem-se expandindo, sobretudo após a adesão da Polônia à UE. O Brasil é hoje o principal parceiro comercial do país na América Latina. Ainda assim, as cifras alcançadas permanecem modestas, particularmente se comparadas com países europeus e asiáticos.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) relativos a 2013, as exportações do Brasil para a Polônia somaram US$ 395,881 milhões, e as importações brasileiras atingiram US$ 809,058 milhões – com déficit, para o Brasil, de US$ -413,177 milhões. A corrente de comércio, de US$ 1.204,9 milhões, foi a maior registrada em todos os tempos.

O comércio real entre os dois países, no entanto, é superior ao que apontam as cifras do MDIC, que frequentemente não registram as vendas brasileiras a países europeus processadas através de terceiros países – o chamado "efeito Roterdã". De fato, o Governo polonês registra, para janeiro-novembro de 2013, exportações brasileiras de US$ 860,45 milhões, e importações brasileiras de US$ 548,48 milhões, o que resulta numa corrente de comércio de US$ 1.438,93 milhões e um superávit, para o Brasil, de US$ 311,97 milhões.

Dentre os principais produtos exportados para a Polônia em 2013 destacam-se: minério de cobre; fumo não manufaturado; bagaço e outros resíduos sólidos da extração de óleo de soja; açúcar de cana e café não torrado. Em relação a 2012, houve

mudanças significativas na composição da pauta exportadora brasileira: saída dos aviões da Embraer, que costumavam figurar entre os dois principais produtos exportados; entrada de minério de cobre (primeira colocação na pauta, com exportação de US$ 110,39 milhões, ou 27,9% do total); açúcar de cana (quarta colocação, com exportação de US$ 14,3 milhões, 3,62% do total); e aumento de 32,9% nos valores de café não torrado, com exportação de US$ 12,9 milhões, ou 3,25% do total.

No que tange às importações brasileiras de mercadorias polonesas em 2013, destaque-se o substancial incremento (576%) registrado no item "outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia", cuja importação alcançou US$ 44,5 milhões, ou 5,5% do total. Nesse mesmo sentido, o item "outros conversores elétricos estáticos" apresentou, em 2013, aumento de 179,68%, quarta posição entre os produtos mais importados pelo Brasil.

O item "coques de hulha, de linhita ou de turfa" permaneceu como o produto mais importante nas exportações polonesas, com valor de US$ 92,2 milhões, ou 11,4% do total. No ano passado esse item registrou incremento importante, tendo sido responsável por 16,73% do total importado pelo Brasil. Outros produtos importantes presentes na pauta importadora brasileira: borracha de estireno-butadieno, sulfato de amônia, e partes para assentos de automóveis. Outros produtos cujas importações incrementaram consideravelmente (apesar de partirem de valores mais modestos) são: "outros equipamentos terminais ou repetidores"; com incremento de 685,58%; e "outros dispositivos, aparelhos e instrumentos óticos", com aumento de 652,81%.

Cooperação em Ciência, Tecnologia & Inovação

A cooperação entre Brasil e Polônia em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) é regida pelo Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em 5/9/1996. O Acordo prevê a instituição de uma Comissão específica, cuja primeira – e, até o momento, única – reunião aconteceu em abril de 1998, em Brasília.

Durante a visita do Chanceler Sikorski ao Brasil, foi acordado que os dois países reativariam o Acordo, com a retomada das reuniões da Comissão. A parte polonesa reapresentou proposta de Programa Executivo para o triênio 2013-2015. Acordou-se que as partes realizariam videoconferência bilateral para estudar os termos do Programa e definir ações de cooperação. Ficou igualmente definido que a Comissão Mista bilateral de Ciência e Tecnologia, de que trata o supracitado Acordo de 1996, deveria reunir-se pela primeira vez em 2013 – o que ainda não aconteceu.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) já se manifestou favorável a que a Comissão se reúna em 2014.

Cooperação em defesa

Em outubro de 2013, o Ministro da Defesa, Celso Amorim, visitou Bratislava (Eslováquia) para manter reunião com os Ministros de Defesa dos países do Grupo de Visegrad (Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca). Na oportunidade, os representantes do Grupo salientaram as possibilidades de cooperação com o Brasil. Amorim manteve, ademais, reunião bilateral com seu homólogo polonês, Tomasz Siemoniak, ocasião em que ressaltou interesse em visitar a Polônia proximamente, em resposta a convite que recebeu. Assinalou que haveria diversos temas de interesse quanto à cooperação bilateral, a exemplo dos seguintes: (a) forças especiais, onde já houve troca de experiências e a parte brasileira aguarda reação polonesa à proposta de Memorando de Entendimento; (b) troca de visitas de altos comandos, para intercâmbio de experiências, dando continuidade a projetos já iniciados, como visitas de mergulhadores brasileiros à Polônia; (c) possível cooperação na área da aviação, onde o lado polonês já é importante parceiro do Brasil, do qual já comprou numerosas aeronaves (ressaltou as áreas de manutenção e possibilidade de compra do avião KC-390, da Embraer, em cuja produção há participação tcheca).

Em 2013, sete oficiais brasileiros participam de cursos diversos junto às Forças Armadas polonesas. Em retribuição, o Exército brasileiro trabalha para em breve receber os primeiros oficiais poloneses em intercâmbio para treinamento em operações especiais. Neste mesmo ano, realizou visita à Polônia o General-de-Brigada Marco Antônio Freire Gomes, Comandante da Brigada de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

O Ministério da Defesa Nacional polonês já manifestou o interesse em estreitar a cooperação com o Brasil nessa seara. No quadro da reestruturação das forças armadas polonesas ora em curso (que tem encontrado na Alemanha, na França, no Reino Unido e, curiosamente, na Rússia importantes fornecedores de armamentos), o país teria interesse estudar o estabelecimento de *joint ventures* para investimento conjunto com o Brasil.

O Ministro da Defesa Nacional, Tomasz Siemoniak, estaria estudando visitar o Brasil em 2014.

Cooperação educacional - Ciência Sem Fronteiras

Em 21/10/2013, foi celebrado Memorando de Entendimento entre o CNPq e a Conferência de Reitores de Escolas Acadêmicas da Polônia (CRASP), com o objetivo de estimular a cooperação em ciência e tecnologia entre os dois países e permitir a inclusão da Polônia programa Ciência sem Fronteiras. Em missão realizada a Varsóvia e Cracóvia, entre 2 e 4/2/2014, o CNPq definiu que a Polônia será incluída no edital de

programas de graduação do Ciência Sem Fronteiras no primeiro trimestre de 2014, contemplando inicialmente 100 bolsas de estudo.

Cooperação cultural

O então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e o Chanceler Sikorski celebraram, em novembro de 2012, Programa Executivo Cultural Brasil-Polônia 2013-2015.

A Polônia tem explorado possibilidades de incrementar sua presença cultural no Brasil. o Instituto Adam Mickiewicz, órgão governamental para promoção da cultura polonesa no exterior, pretende desenvolver, nos próximos anos, atividades na área de artes plásticas, cinema e museus. Entre as ações mais significativas em planejamento estariam exposições de artes plásticas em quatro capitais brasileiras a serem definidas, bem como iniciativas de promoção de cinema e intercâmbio na área de teatro. A meta do Governo polonês é chegar a 2016 (quando da expiração do Programa Executivo) com a consolidação de uma maior presença cultural da Polônia no Brasil, possivelmente culminada com a abertura de um Instituto de Cultura Polonesa no País.

De sua parte, o Governo brasileiro está preparando uma exposição de arte contemporânea brasileira na Galeria Nacional Zacheta, subordinada ao Ministério da Cultura polonês.

Assuntos consulares

Vivem na Polônia atualmente cerca de 700 brasileiros, atendidos pela seção consular da Embaixada em Varsóvia. O Brasil manteve, até a década de 1980, um Consulado em Gdínia. Em 1997, criou um Consulado Honorário em Cracóvia e, em seguida, Consulados Honorários em Poznan, Wroclaw e Lublin.

A Polônia mantém, além da Embaixada em Brasília, Consulados-Gerais em Curitiba e em São Paulo (que deverá ser fechado em dezembro de 2013), e Consulados Honorários em Belo Horizonte, Erechim (RS), Salvador e Vitória, assim como um Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos em São Paulo, órgão vinculado ao Ministério da Economia. A comunidade de poloneses e descendentes no Brasil é estimada em mais de 1,5 milhão de pessoas, a segunda maior do planeta (atrás apenas dos EUA).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de empréstimo ou financiamentos oficiais pelo Brasil ao Governo polonês.

POLÍTICA INTERNA

Institucional

A Polônia é uma república parlamentarista, independente desde 11/11/1918 (depois de ter sido extinta após sucessivas partilhas de seu território entre Áustria, Prússia e Rússia entre 1772 e 1795). Trata-se de Estado unitário, dividido em 16 províncias.

Eleito por voto direto, o Presidente da República é o Chefe de Estado. Possui prerrogativas que, a despeito do caráter parlamentar do país, conferem-lhe importante papel na condução política do país (o Presidente pode, por exemplo, iniciar o processo legislativo e interrompê-lo, a qualquer momento, pela imposição de veto ao Parlamento).

O poder Executivo é exercido pelo Conselho de Ministros, encabeçado pelo Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente e referendado pela Assembleia Nacional.

O poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, bicameral. O *Sejm* (câmara baixa) é formado por 460 representantes eleitos por voto proporcional, e o Senado (câmara alta) é formado por 100 representantes eleitos por método singular de votação em bloco em diversos distritos eleitorais.

Conjuntura atual

Vencedor das eleições legislativas antecipadas de 2007, Ronald Tusk tem defendido a modernização interna e a integração europeia como as palavras de ordem da política polonesa no século para o século XXI. Os bons índices na área econômica – particularmente durante a fase aguda da crise financeira europeia, entre 2008 e 2011 – e o atendimento aos anseios da parcela mais jovem e urbana da população garantiram sucesso sem precedentes a Tusk e seus companheiros de partido, o Plataforma Cívica (PO), que lhe valeram, com a reeleição em 2011, o posto de PM mais longe em toda a história da Terceira República Polonesa (1989-).

No começo do segundo mandato, a hegemonia da PO – partido de centro-direita e orientação liberal e europeísta, sustentando pela fatia da população mais jovem, urbana e educada da Polônia – parecia caminhar a passos largos para a consolidação. A Presidência do Conselho da UE, exercida no segundo semestre de 2011, foi acolhida com grande entusiasmo pela população e serviu para aumentar o prestígio e a projeção externa da Polônia. A agenda proativa e otimista em relação ao futuro da UE serviu ao Primeiro-Ministro Tusk para apresentar ao público interno credenciais de estadista, reforçadas pelo excelente desempenho econômico alcançado até então: a Polônia foi o

único dos 27 países membros da UE a não experimentar uma recessão diante dos efeitos da crise financeira de 2008 (crescimento do PIB de 5,1% em 2008; 1,6% em 2009; 3,9% em 2010; 4,5% em 2011; e 1,9% em 2012).

A partir do início de 2012, no entanto, o Governo da PO passou a sentir a erosão de seus índices de popularidade. Uma reforma previdenciária impopular, que elevou a idade mínima para aposentadorias, deu início ao processo, agravado pela desaceleração econômica a partir do primeiro trimestre do ano. As estimativas de crescimento caíram para 2,3% (contra previsões iniciais de 3,5 a 4%), e mesmo o *boom* turístico ocasionado pela Eurocopa 2012 não logrou reverter as expectativas negativas, que se prolongaram até 2013. A PO e seus aliados sustentam que a desaceleração será passageira, mas a oposição tem elevado o tom de suas críticas: recentemente, o Partido Direito e Justiça (PiS) chegou a propor um Governo tecnocrático, nos moldes do gabinete na Itália, e, segundo pesquisas de opinião, teria alcançado a PO na preferência do eleitorado, o que poderá complicar os planos da Plataforma Cívica de buscar um terceiro mandato, em 2015.

O cenário torna-se mais delicado ao considerar-se que a política polonesa ainda sofre os efeitos da morte do então Presidente Lech Kaczyński e parte importante da cúpula governamental polonesa (incluindo os chefes das três forças armadas, o Presidente do Banco Central e o diretor do Departamento de Segurança Nacional), em acidente aéreo ocorrido com o avião presidencial, em circunstâncias ainda não de todo esclarecidas, na cidade russa de Smolensk em 10/4/2010. Na ocasião, o Presidente voltava de Moscou, onde participara com o Presidente da Rússia, Dmitry Medvedev, de cerimônia alusiva ao massacre de Katyn (1940).

As diferentes interpretações sobre o fato continuam a dividir a população e aprofundam a polarização do espectro político polonês entre duas principais forças, ambas de direita: a PO do Primeiro-Ministro e o PiS, liderado pelo ex-Premiê Jarosław Kaczyński (2006-2007), irmão gêmeo do Presidente falecido. De inspiração nacionalista e eurocética, o partido tem suas bases compostas, sobretudo, pelos setores conservadores da Igreja Católica, a população mais idosa e os habitantes das áreas rurais e das pequenas cidades. O PiS sustenta que o desastre aéreo de Smolensk teria sido resultado de "conspiração" que envolveria a Rússia e membros do Governo Tusk.

Simultaneamente, as forças de centro-esquerda entraram numa crise própria. Politicamente relevante nos quinze primeiros anos do regime democrático – quando ocupou a Presidência da República por dez anos (presidência de Aleksander Kwasniewski, 1995-2005) e a Chefia de Governo em mais de uma ocasião (1995-1997 e 2001-2005) –, a Aliança Democrática de Esquerda (SLD) vê reduzir-se seu capital político diante da polarização entre os dois grandes partidos de direita. Hoje, mantém as preferências de algo em torno de 10% do eleitorado. O partido parece ter perdido conexão com seu eleitorado tradicional ao não conseguir renovar-se. Parte dos simpatizantes da SLD migrou para o Movimento Palikot (RP), de orientação libertária,

fundado em 2010. Com 15% dos votos em outubro de 2011, o RP logrou formar a terceira maior bancada no Parlamento. Para muitos, a única opção viável da esquerda polonesa no curto prazo seria uma aliança estratégica entre a SLD e RP.

O 3.º aniversário da tragédia de Smolensk, em abril de 2013, deu mostras da capacidade de mobilização do PiS contra a PO. O partido de Kaczyński arregimentou cerca de 100 mil pessoas em manifestação "pela verdade sobre o acidente" em Varsóvia e revelou que, a seu lado, Kaczyński tem a maior parte da opinião pública polonesa: 52% das pessoas entrevistadas em pesquisa pública na ocasião disseram não acreditar que as causas do acidente de 2010 tenham sido suficientemente esclarecidas. (embora boa parte delas desacredite as versões do irmão do Presidente falecido como "teorias conspiratórias", o que poderia dificultar a tradução dessa opinião em apoio político-eleitoral ao PiS).

A discrepância nas visões da população polonesa sobre Smolensk é a face mais visível da profunda divisão interna em que o país se encontra. A tragédia e seus desdobramentos catalisaram as visões divergentes sobre costumes, moral, religião e integração com as nações vizinhas, que dominam as discussões do dia-a-dia e influenciam fortemente as perspectivas políticas e sociais do país, que parece ainda não compatibilizar a opção nacional pela modernização com uma tradição enraizada de conservadorismo de inspiração católica.

A polarização da população polonesa leva a crer que as visões dos partidários de ambos os lados estão tão consolidadas que somente duas coisas poderão trazer alterações significativas a curto ou médio prazo: *i*) alguma revelação surpreendente sobre Smolensk – algo altamente improvável; ou *ii*) uma deterioração rápida dos indicadores econômicos do país. Este cenário também parece improvável no momento, visto que a desaceleração econômica em curso esfriou o entusiasmo com o Governo, mas não a ponto de pô-lo em risco. Afinal, as perspectivas da Polônia continuam melhores do que as da grande maioria dos sócios europeus. Nesse quadro, Tusk e sua Plataforma Cívica provavelmente tentarão continuar a navegar em mares revoltos, ajustando o leme rumo ao bem-estar econômico e deixando de lado por ora voos mais ousados, visando às eleições de 2015.

POLÍTICA EXTERNA

Alcançados os principais objetivos de sua diplomacia no pós Guerra Fria (integração à OTAN, à UE, ao FMI e à OCDE), a grande prioridade da política externa polonesa passou a ser, na atualidade, a projeção do país como uma das principais forças do continente europeu. A tese, que vinha sendo aplicada de modo quase que intuitivo pelo Governo Tusk desde 2007, foi finalmente elaborada pelo Chanceler Sikorski em seu discurso anual ao Parlamento, em abril de 2013.

De acordo com o Chanceler, a severa crise no sul da Europa e a ambiguidade do Reino Unido em relação à permanência no bloco teriam aberto oportunidade sem precedentes para que a Polônia emerja como um dos principais polos de poder na Europa. Porém, ainda segundo Sikorski, para aproveitar o momento de relativo enfraquecimento de alguns sócios importantes, seria imprescindível dar um passo decisivo rumo ao núcleo principal de poder: adotar o euro sem demora.

Embora não sem sobressaltos, a Polônia parece estar rumando para consolidar sua posição como voz a ser ouvida com atenção e respeito, especialmente no novo contexto europeu. As conquistas econômicas e estabilidade na política interna e externa nos últimos anos têm contribuído significativamente para elevação do patamar do país nas relações internacionais, que se prestaria ao objetivo mais amplo do Governo de torná-la uma potência média respeitada no concerto europeu.

União Europeia

Membro da UE desde 1.º de maio de 2004, a Polônia atribui particular relevância ao aprofundamento de sua integração ao bloco, o que, em sua visão, traduz-se em alcançar o patamar de desenvolvimento econômico dos vizinhos ocidentais.

Na perspectiva – um tanto ideologizada – de Varsóvia, a UE é uma superpotência, cuja missão seria resguardar a influência do Ocidente (do qual a Polônia se considera membro natural) "*in a world in which we are becoming a smaller proportion of the world's population and a smaller proportion of the world's economy*", segundo palavras do próprio Sikorski.

Reveladora dessa perspectiva, cuja inspiração em teorias de "destino manifesto" não passa despercebida, foi a declaração de Sikorski em sua alocução ao Parlamento em 2013. Para ele, o cenário ideal das relações internacionais seria um "Ocidente expandido", do qual faria parte a Rússia e que chegaria até a fronteira com a Península Coreana. Assim, "completo com os recursos da Rússia, a força econômica da UE e o poderio militar americano", haveria uma chance de o "Ocidente manter sua influência em um mundo dominado por potências emergentes de fora da Europa". De tal maneira, "a Polônia poderia finalmente superar sua 'síndrome de periferia' e, de uma vez por todas, estar segura no centro".

Condição necessária à realização dessa projeção é a contínua expansão da UE para o leste, que encontra na Polônia defensora das mais vocais. Mas tampouco ela escapa a uma visão ideologizada por parte do Governo Tusk: a expansão do bloco seria semelhante às marchas de expansão empreendidas pelo Império Romano. Segundo a visão oficial, a questão das fronteiras da integração europeia está ligada à segurança do país – que, atrás de Finlândia e Romênia, responde pela terceira maior fronteira externa da UE (1.139 km) – e "ao poderio da civilização ocidental".

Dois temas específicos despertam as atenções de Varsóvia no seio da UE: a manutenção dos fundos de convergência para a Polônia e as relações bilaterais com a Alemanha.

No primeiro, o Governo Donald Tusk conseguiu importante vitória ao assegurar, no início de 2013, o aumento dos recursos à disposição da Polônia no orçamento comunitário 2014-2020. Apelando para argumentos que calam fundo na memória coletiva europeia – inclusive o de que a manutenção das transferências comunitárias seriam o "Plano Marshall" da Polônia, de cujo original fora excluído pelos Aliados no pós II Guerra –, Tusk e seus aliados lograram, em meio à crise que abate a Europa desde 2008, o que muitos definiram como "uma fatia maior de um bolo menor".

De um orçamento que, em relação a 2007-2013 foi cortado em € 38 bilhões, a Polônia terá para o próximo septênio um total de € 72,9 bilhões em fundos de coesão e outros € 28,5 bilhões na política agrícola comum (PAC) – um total de € 4 bilhões a mais do que no orçamento anterior. O montante consolida a Polônia como a maior beneficiária dos fundos de coesão, mais de 2,5 vezes a mais do que a segunda nação receptora, a Itália.

Alemanha

A ligação simbiótica com a Alemanha tem sido assumida pelas autoridades polonesas sem meias palavras ("nosso parceiro mais importante", segundo Sikorski, que, em novembro de 2011, afirmou ainda "temer menos o poderio alemão do que a inércia alemã", frase difícil de ser concebida por autoridade polonesa há 20 ou 30 anos). A integração econômica com a nação vizinha, crescente ano a ano, está levando à superação de desconfianças históricas e a um alinhamento político quase completo entre os Governos Donald Tusk e Angela Merkel. Analistas apontam que as relações entre os dois países são "as melhores em mil anos" e não hesitam em reconhecer que a Polônia "é a melhor amiga da Alemanha dentro da UE".

A afinação com a Alemanha transparece inclusive no discurso polonês sobre a crise financeira. Mesmo ainda fora da zona do euro, maior beneficiária dos fundos de convergência dentre os países da antiga Europa oriental e distante dos padrões de vida dos países mais pobres da Europa ocidental, a Polônia reproduz a opinião acalentada em Berlim de que a "licenciosidade" dos países do sul da Europa é que os teria levado à crise atual. A maioria dos artigos na imprensa e declarações de formadores de opinião poloneses também tem adotado o mesmo tom de reprovação, numa demonstração de que a psique coletiva da sociedade polonesa está em sintonia com algumas das visões esposadas pelo Governo.

Os interesses econômicos e geopolíticos entre os dois países têm sido indiscutivelmente convergentes nos últimos anos, apesar da assimetria que caracteriza a relação. Adicionalmente, o bom relacionamento pessoal entre Merkel e Tusk parece ter influenciado de forma significativa a sintonia fina entre as nações vizinhas. Tusk, como

ninguém, trabalhou arduamente para o fortalecimento das relações polaco-alemãs. A partir de sua ascensão, o patamar do relacionamento bilateral elevou-se em vários aspectos nos últimos seis anos, desde o diálogo político até o aumento expressivo do intercâmbio educacional e cultural entre jovens.

O incremento do comércio e investimentos também foi expressivo. O comércio bilateral, que era de US$ 60 bilhões em 2006, caminha para superar os US$ 90 bilhões em 2013. Desde 2009, a Polônia superou a Rússia na lista dos maiores parceiros comerciais da Alemanha, fato recebido com evidente satisfação em Varsóvia. Em 2012, o investimento estrangeiro direto (IED) de companhias alemãs na Polônia dobrou em relação a 2010 e atingiu € 3,6 bilhões. Supreendentemente, o capital de IED também passou a fluir na outra direção: no mesmo período, as empresas polonesas investiram quase € bilhão na Alemanha.

Os últimos seis anos significaram também um incremento das articulações conjuntas na UE. Do lado polonês, especialmente com vistas a garantir as generosas fatias do orçamento para os fundos de coesão, que ajudam a mudar rapidamente a paisagem do país e sua infraestrutura. Os alemães, por sua vez, conseguiram aliados fiéis, apoiando suas receitas para a crise em geral, bem como partilhando uma visão conjunta para o projeto europeu.

Polônia e Alemanha compartilham visões sobre o futuro da Europa, em que defendem:

i) constituição de uma verdadeira federação europeia, por meio da eleição direta do Presidente da Comissão Europeia, que por sua vez passaria a designar pessoalmente os membros de seu "governo europeu";

ii) atribuição de iniciativa legislativa a um Parlamento Europeu reformado, que contaria com uma espécie de Senado, onde se fariam representar os Estados membros;

iii) fim do poder de veto dos Estados nacionais;

iv) fortalecimento da Política Comum de Segurança e Defesa e das capacidades de defesa dos países membros; e

v) maior representação da UE em organismos internacionais.

França & Triângulo de Weimar

Para além da Alemanha, o país tem estabelecido relações de parceria também com a França, particularmente no que respeita à manutenção das verbas da Política Agrícola Comum (PAC) da UE e na área de defesa. Ao longo dos últimos anos, as autoridades polonesas vêm defendendo maior engajamento dos sócios europeus na criação de unidades de defesa no âmbito da UE, fora do escopo da OTAN, e a França tem sido a grande aliada da Polônia nessa empreitada (que enfrenta resistência britânica e pouco entusiasmo alemão).

O fiel da balança, como em quase todos os assuntos que envolvem a UE, será a Alemanha, com quem França e Polônia compõem o chamado Triângulo de Weimar. Criado em 1991 para assistir a Polônia em seu processo de transição para a democracia, o Triângulo se tornou importante fórum de cooperação trilateral, particularmente em questões de defesa. Em 2005, a Polônia conseguiu convencer a Alemanha a criar um *battlegroup* do Triângulo de Weimar, ao amparo da Política Comum de Segurança e Defesa da UE, com 2,2 mil homens. Com seu engajamento discreto nas questões militares desde 1945, e possivelmente por ter de pagar a maior parte da conta, no entanto, há pouco entusiasmo em Berlim pela proposta polonesa, que não teve seguimento concreto. Um impulso às conversas no Triângulo de Weimar poderia representar, portanto, uma coordenação mais próxima entre França e Polônia com vistas a convencer a Alemanha a se engajar em projetos mais ambiciosos.

Grupo de Visegrad

Criado em 1991 por Hungria, Polônia e Tchecoslováquia (República Tcheca e Eslováquia, a partir de 1993), o Grupo de Visegrad tinha como objetivo principal acelerar a integração de seus membros à UE. Mesmo depois da acessão dos quatro países ao bloco europeu, em 2004, o espírito que originou a criação do Grupo – fortalecer a voz dos pequenos países da periferia europeia frente às grandes potências – continua a presidir seus objetivos e a inspirar iniciativas de cooperação com os demais países europeus.

O V4 tem priorizado a cooperação interna em diferentes áreas e a articulação de posições para atuação conjunta no âmbito da UE, em particular na defesa dos interesses dos países da Europa Central, com destaque para a manutenção dos fundos de convergência (que, graças aos esforços do Grupo, saltou para € 376 bilhões para o período 2014-2017) e para a articulação de posições comuns no Conselho Europeu. O V4 tem, ademais, desempenhado papel de liderança nas iniciativas relacionadas à Parceria para o Leste e na defesa de eventual expansão das fronteiras europeias para o leste do continente, particularmente Bálcãs e Cáucaso.

O Grupo é importante para a Polônia na consecução de seus principais objetivos de política externa. A aliança com Bratislava, Budapeste e praga reforça a posição de Varsóvia na defesa de uma maior atuação dos países do centro do continente no âmbito da UE e de uma Europa sustentada em elementos de grandeza e potência. Não é exagero creditar o êxito polonês na batalha pelos recursos do fundo de convergência da UE à plataforma única costurada com os demais países do V4.

Rússia

A vizinhança com o território russo, embora hoje reduzida ao exclave de Kaliningrado, foi e continuará a ser um dos temas de maior relevância e sensibilidade para a segurança externa da Polônia. As relações russo-polonesas têm conhecido

momentos difíceis no período pós-1989, marcadas por ciclos alternados de maior ou de menor tensão, condicionando uma interação cuja principal característica tem sido, ao longo dos três últimos séculos, uma permanente desconfiança recíproca. Excluindo-se os ressentimentos históricos gerados ainda durante a ocupação russa no período da partilha da Polônia, as relações entre os dois países viriam a ser impactadas no século XX por dois episódios centrais: a guerra polaco-soviética de 1919-1920 e os 45 anos de regime comunista subserviente a Moscou, até 31/12/1989. A ocupação soviética deixou travas e ressentimentos que ainda, vez por outra, realimentam desconfianças recíprocas e contribuem para uma relação onde tensões e desentendimentos têm sido mais frequentes do que os momentos de convergência e de diálogo.

Em contraste com as administrações anteriores, no entanto, o Governo Tusk persegue uma estratégia de distensão gradual e relativo pragmatismo com a Rússia, tanto no âmbito político quanto, sobretudo, no econômico-comercial. As relações parecem, assim, ter encontrado certa estabilidade, que se desdobra na intensificação dos fluxos comerciais e do levantamento, pela Polônia, das imposições outrora impostas à adesão da Rússia à OMC e à OCDE. Momento de particular aproximação do relacionamento bilateral se deu na disposição russa, acolhida pelo Governo polonês, em cooperar nas investigações sobre as causas do acidente que vitimou o PR Lech Kaczyński em Smolensk, em abril de 2010.

EUA

Se, no âmbito europeu e nos assuntos econômicos, a Polônia se alinha cada vez mais às posições da Alemanha, em temas de defesa, paz e segurança internacionais, o país é aliado incondicional dos EUA. Essa orientação, estabelecida com a queda do comunismo, tornou-se política de Estado com a adesão à OTAN, em 1999, e fortaleceu-se durante os dois mandatos de George W. Bush, quando a Polônia apoiou a invasão do Iraque, mandou tropas ao Afeganistão e tornou-se o elemento central do conceito de "nova Europa" propugnado pelo então Secretário de Defesa Donald Rumsfeld.

Considerados como o mais importante parceiro extraeuropeu, os EUA ainda representam fortemente a fonte de segurança última contra potenciais ameaças vindas do oriente, de acordo com a mentalidade comum na Polônia. Mesmo com as mudanças estratégicas e a diminuição das forças americanas na Europa, é grande a expectativa de que, em breve, seja estabelecido um destacamento americano aéreo em base rotativa em solo polonês, que seria responsável pelo monitoramento do espaço aéreo do país.

Países emergentes

Desde 2012, a política externa polonesa tem buscado revalorizar as relações com as potências emergentes, notadamente na área econômico-comercial.

As relações com a Índia e com a China estão em patamar mais avançado. Com Pequim, as relações bilaterais foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica, em

dezembro de 2011. Houve importantes visitas recentes de lado a lado: o Presidente Komorowski foi à China em dezembro de 2011, e o então Premiê Wen Jiabao foi à Polônia em abril de 2012, no que constituiu a primeira visita de Chefe de Governo chinês ao país desde o fim do comunismo na Europa. Na ocasião, Jiabao anunciou a intenção de elevar a US$ 30 bilhões, até 2015, o intercâmbio comercial bilateral, hoje da ordem de US$ 19 bilhões. Anunciou, igualmente, a criação de fundo de investimentos de US$ 500 milhões para promover esse objetivo, bem como a criação de linha de crédito de US$ 10 bilhões para financiar obras de infraestrutura, tecnologia e meio ambiente na Europa central e oriental. A Polônia, por sua parte, deseja ver reduzido o expressivo déficit comercial que vem mantendo com a China (em 2012, o país importou US$ 17,2 bilhões em produtos chineses, exportando apenas US$ 1,7 bilhão).

Com a Índia, destaca-se a parceria no setor de defesa, que remonta aos anos 1970. Têm sido celebrados importantes contratos de venda de armamentos fabricados na Polônia, que continua a ser um dos maiores fornecedores de produtos de defesa ao país asiático. Os dois países mantêm Grupos de Trabalho em Defesa e em Contraterrorismo. A Polônia, ademais, endossou publicamente a aspiração indiana por um assento permanente no CSNU, por ocasião de visita do Primeiro-Ministro Tusk a Nova Délhi em setembro de 2010, pouco antes de fazê-lo o Presidente Barack Obama, também em visita à Índia, em novembro do mesmo ano.

No âmbito da OTAN, a Turquia tem despontado também como importante parceiro da Polônia. As relações de Varsóvia com a África do Sul, por fim, são ainda muito incipientes.

Conselho de Segurança

Ao menos no plano retórico, a Polônia tem defendido a reforma do CSNU com base na ampliação de ambas as categorias de membros, a qual deveria contemplar um assento não permanente adicional para o Grupo da Europa Oriental. O Governo polonês endossa publicamente a pretensão indiana de ocupar assento permanente no órgão, e vê com simpatia a pretensão do Brasil.

A Polônia tenciona apresentar, em 2015, candidatura para ocupar assento não permanente do CSNU em 2017-2018. O país nunca esteve presente no CSNU desde a queda do comunismo.

G-20

Uma das maiores frustrações atuais da diplomacia polonesa foi a não inclusão da Polônia no G-20. O país tem feito reiteradas gestões junto aos membros do Grupo no sentido de sua admissão.

Síria

O Governo da Polônia, inicialmente, manifestou-se contrário a uma eventual intervenção militar na Síria. Depois de conversa telefônica entre o Chanceler Sikorski e o Secretário de Estado John Kerry, não obstante, o Primeiro-Ministro Donald Tusk – que havia expressado, poucos dias antes, sua "descrença" em ações militares no Oriente Médio, as quais "raramente produzem os efeitos desejados", declarou à imprensa que uma resposta militar ao suposto uso de armas químicas pelo regime de Assad seria "compreensível e necessária", com a ressalva de que seu país não teria condições de participar de ações do tipo no momento.

Sikorski atribuiu responsabilidade indireta pelo ataque químico à Rússia: "o arsenal sírio é algo pelo qual a Rússia, como sucessora da União Soviética, compartilha responsabilidade". Nessa situação, a Rússia, segundo o Chanceler, teria, o "dever moral de se envolver mais para a solução do conflito, além de não vetar resoluções no Conselho de Segurança das Nações Unidas que autorizassem uma intervenção".

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A participação da Polônia na economia mundial tem aumentado significativamente desde 1989. Desde então, o PIB PPP multiplicou-se por nove, superando a marca de US$ 800 bilhões em 2012. O país é hoje a 18.ª economia do mundo e a 6.ª da União Europeia.

A adesão à UE lançou as bases jurídicas e institucionais para a ampliação da economia polonesa. A Polônia é hoje a maior beneficiária de recursos do orçamento comunitário para 2007-2013, com verba alocada de € 67,3 bilhões. O projeto de orçamento para 2014-2020 prevê cerca de € 80 bilhões para a Polônia (21% do valor destinados aos fundos de coesão). De acordo com o Governo polonês, a maioria desse montante será alocada à inovação, educação, cultura e desenvolvimento regional.

O desenvolvimento do setor industrial tem sido um dos principais fundamentos da economia polonesa. A prioridade historicamente dedicada às indústrias pesadas – mineração, metalurgia, máquinas, construção naval e armamentos – reverteu-se a partir dos anos 90, quando ganharam ímpeto indústrias mais avançadas, impulsionadas por investimentos estrangeiros. Atualmente, o setor industrial emprega cerca de 30% da mão-de-obra e gera 32% do PIB. Destacam-se fábricas de automóveis, eletrodomésticos, química e de geração de energia. Mantêm fábricas na Polônia empresas como Fiat, Opel, Volkswagen, General Motors, Toyota, Volvo e produtores internacionais de eletrodomésticos como a Whirlpool, Electrolux, Bosch, Siemens, LG, Toshiba, Thomson, Sharp e Indesit.

A agricultura utiliza 53% da superfície da Polônia, emprega 13% da população e é responsável, hoje, por somente 4% do PIB. A produção alimentar desempenha papel importante, sobretudo os segmentos de carnes, bebidas e laticínios.

As principais culturas são as de grãos, como trigo, centeio e milho. No que se refere à produção de alimentos, é forte a presença de empresas estrangeiras como a Nestlé, Cadbury's, Masterfoods e Unilever.

O setor de serviços é responsável por 65% do PIB, e nesse âmbito destacam-se o comércio, as atividades financeiras e os serviços de reparos. A Polônia tornou-se um centro importante de terceirização de processos de negócios e, em menor medida, de pesquisa e desenvolvimento. A participação do setor de transportes, de logística e de comunicações tem-se desenvolvido de forma dinâmica.

A economia mais dinâmica da UE

Num contexto de recessão europeia, a Polônia apresentou taxas de crescimento que a tornaram uma exceção no continente: o país cresceu 5,1% em 2008 (quarto melhor resultado na UE); 1,6% em 2009 (melhor resultado), 3,9% em 2010 (segundo melhor), 4,5% em 2011 (quarto melhor) e 1,9% em 2012 (quinto melhor).

Em meio à crise, a economia polonesa cresceu a taxas superiores à média europeia em grande parte devido ao afluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED), atraídos essencialmente pelas dimensões do país, situação geográfica vantajosa e pela mão-de-obra qualificada. A atratividade da Polônia para o investidor estrangeiro é reforçada especialmente nas Zonas Econômicas Especiais, em razão de carga tributária mais baixa do que a praticada na maioria dos demais países da UE. Outros custos operacionais, como força de trabalho e aluguéis, são menos onerosos na Polônia do que na "Europa dos 17", e têm sido fator importante para a decisão de alocação de IED no país. As principais áreas de investimentos industriais na Polônia estão localizadas no sudoeste, entre as cidades de Wroclaw e Katowice, e na parte ocidental, na região de Poznan.

A partir do segundo trimestre de 2012, no entanto, a economia começou a dar mostras de desaceleração, alimentando temores de que o único país da UE a escapar da recessão possa ser por ela vitimado justamente em um momento em que o bloco parece ter deixado para trás o pior da crise econômica. Nesse cenário, o Governo tem procurado acalmar os mercados com medidas de contenção de gastos públicos e de comprometimento com as metas de inflação e déficit orçamentário. Igualmente, com vistas a evitar maiores danos na economia local, procura estender laços com países não tradicionais e diversificar seus parceiros comerciais, especialmente com economias emergentes.

De janeiro a novembro de 2013, não obstante, a economia polonesa apresentou tendência de melhora geral nos índices de crescimento econômico. Segundo previsões oficiais, o PIB cresceu 1,5% e a produção industrial, 2,2%, em comparação com os valores de novembro de 2012. As exportações e importações aumentaram 9,1% e 3,3% respectivamente, mormente com os países da UE. O comércio com o Brasil, segundo dados do MDIC, aumentou em 18,5%, em decorrência do forte incremento das

exportações polonesas, ainda que se tenha verificado diminuição acentuada das exportações brasileiras. A inflação diminuiu consideravelmente, passando de 3,7% em 2012 para 0,9% em 2013, a mais baixa dos últimos anos. A taxa de desemprego permaneceu praticamente estável, em torno de 13%. As contas públicas continuaram dentro dos limites estabelecidos por Varsóvia, devendo diminuir gradativamente, caso venha a ser aprovado o projeto de lei sobre a reforma do sistema de pensões, que deverá reduzir os limites de endividamento do país.

Segundo previsões oficiais, o PIB em 2014 deverá crescer até 2,7%.

Orçamento da UE 2014-2020

Em fevereiro de 2013, o anúncio de que a UE aumentaria o montante de recursos destinado à Polônia no novo orçamento comunitário (2014-2020) foi recebido internamente como uma grande vitória do Governo Tusk. Apesar da crise europeia e da resistência dos países mais ricos em aumentar gastos, que resultaram em corte geral de €38 bilhões de euros no orçamento total do bloco, a Polônia terá para o próximo septênio um total de € 72,9 bilhões em fundos de coesão e outros € 28,5 bilhões na política agrícola comum (PAC) – um total de € 4 bilhões a mais do que no orçamento anterior.

O montante consolida a Polônia como a maior beneficiária dos fundos de coesão, mais de 2,5 vezes a mais do que a segunda nação receptora, a Itália. Somada ao montante da PAC, da qual é a quinta maior beneficiária, a fatia da Polônia do orçamento da UE fica à frente de França e Alemanha.

Os recursos dos fundos de coesão no orçamento 2014-2020 deram a tônica da ação política polonesa desde o período em que o país ocupou a Presidência do Conselho da UE, no segundo semestre de 2011. O Governo nunca escondeu que a manutenção ou ampliação dos recursos destinados ao país era um de seus principais objetivos, que orientaram prioritariamente também sua articulação no contexto do Grupo de Visegrad e os contatos diplomáticos com Alemanha e França.

O orçamento europeu 2014-2020 é tido, para muitos, como a última grande oportunidade polonesa para acelerar seu desenvolvimento e reduzir a distância em relação aos países mais desenvolvidos. O dinheiro tem sido usado na modernização do país em diversos setores, e ajudou a dinamizar a economia polonesa na última década – significativamente, a Polônia também tem conseguido mostrar que tem usado bem os recursos, com o maior índice de aproveitamento entre os membros que ingressaram no bloco desde 2004. O Governo polonês acredita que a partir de 2020 a Polônia poderá ser contribuinte líquido do orçamento da UE, e não mais um de seus maiores receptores.

Para o Governo Tusk, os fundos de convergência são parte essencial do processo de "alcançar o Ocidente", sua principal bandeira política. A Chancelaria, particularmente, participou ativamente do processo de convencimento dos sócios da Europa ocidental a serem generosos com a Polônia no orçamento 2014-2020, mesmo

em momento de crise. O principal argumento utilizado pelo Chanceler Sikorski em seus contatos com a parte mais desenvolvida do continente apelou ao complexo de culpa de algumas das principais capitais europeias: Sikorski seguidamente declarou que os fundos de coesão seriam o Plano Marshall que fora negado pelos Aliados à Polônia após a II Guerra Mundial.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

séc. VIII AD	A tribo eslava dos polanos se estabelece no atual território da Polônia
***c*. 960**	Início do reinado de Mieszko I, da Dinastia Piat
966	Conversão de Mieszko ao Rito Latino do Cristianismo, marco fundacional da Nação polonesa
966-990	Expansão do reino de Mieszko até os limites do Rio Oder
1025	Primogênito de Mieszko, Bołeslaw I é coroado o primeiro rei da Polônia
1220s	Chegada dos primeiros imigrantes alemães
1241-1287	Invasões mongóis
1314	Polônia é divida em cinco principados
1327-1332	Guerra contra a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos
1386	Formada a União Polaco-Lituana
1505	Lei *Nihil novi* transfere para o Parlamento várias prerrogativas legislativas do monarca
1569	União de Lublin estabelece a *Commonwealth* Polaco-Lituana
1600	Commonwealth propõe união com a Rússia
1620	Guerra contra o Império Otomano
1621	Guerra contra a Suécia
1632	Guerra contra a Rússia
1648	Invasão sueca
1764	Catarina II da Rússia impõe Stanislaw August Poniatowski como rei da *Commonwealth*
1772	Primeira partição da Polônia, entre Rússia, Prússia e Áustria-Hungria
1791	Promulgação da Constituição: reconhecimento do estado de direito
1792	Invasão russa

1793	Segunda partição da Polônia
1794	Capitulação de Varsóvia, invadida por Rússia e Prússia
1795	Terceira partição da Polônia, que deixa de existir como entidade soberana
1807	Estabelecimento do Ducado de Varsóvia por Napoleão Bonaparte
1815	Congresso de Viena estabelece o Reino da Polônia, em união pessoal com o Império Russo
1830	Levante de Novembro, de cunho nacionalista, abafado pela Rússia
1848	Grande Levante Polonês
1863	Levante de Janeiro
1905	Revolução de 1905
1914	I Guerra Mundial; poloneses circunscritos nos exércitos de Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia
1915	Varsóvia capturada pela Alemanha
1917	Fundação do Comitê Nacional Polonês, em apoio à Tríplice Entente
1918	Aliados endossam proposta de W. Wilson de criar a República Polonesa
1919	Conferência de Versalhes reestabelece a Polônia como Estado soberano
1919-1921	Guerra Russo-Polonesa
1920	Guerra Polaco-Lituana
1921-1926	Segunda República
1926	Józef Pilsudski comanda golpe militar contra o Governo democrático; início do Regime de Salvação
1935	Morte de Pilsudski e início do Regime dos Coronéis
1939	Polônia rejeita as demandas territoriais da Alemanha nazista; celebração de alianças com o Reino Unido e a França. Invasão da Polônia pela Alemanha
1941	Ocupação total da Polônia pela Alemanha nazista; formação do Governo em exílio
1943	Levante do Gueto de Varsóvia
1944	Exército Vermelho e Exército Popular da Polônia entram em território polonês; Levante de Varsóvia tenta estabelecer governo democrático independente da URSS, antes das chegadas das tropas do Exército Vermelho a Varsóvia
1945	Estimativas indicam em 5 milhões o número de poloneses mortos por conta da II Guerra Mundial; Conferência de Potsdam redesenha o mapa da Polônia e desloca o país para oeste; fundação da República Popular da Polônia
1947	Eleições controladas dá ao Partido dos Trabalhadores Unidos vitória expressiva

1947-1949	Primeiro plano trienal e rejeição ao Plano Marshall
1968	Exército polonês participa da Invasão da Tchecoslováquia
1970	Normalização das relações com a Alemanha Ocidental; Levante de Gdánsk, Gdynia e Szczecin
1976	Estabelecimento do Comitê de Defesa dos Trabalhadores
1978	Karol Wojtyla, Arcebispo de Cracóvia, eleito Papa João Paulo II
1980	Greves gerais em Lublin e Gdánsk; fundação do Solidariedade
1981	URSS nomeia o Ministro da Defesa, Wojciech Jaruzelski, Primeiro-Ministro e Primeiro-Secretário do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos; decretada lei marcial
1986	Anistia geral
1988	Início de negociações entre o Governo e o Solidariedade
1989	Realização das primeiras eleições legislativas parcialmente livres; Tadeusz Mazowiecki, jornalista e membro do Solidariedade, é incumbido pelo Presidente da República para formação de novo Governo
1990	Dissolução do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos; eleição de Lech Walesa à Presidência da República
1993	Saída das últimas tropas russas da Polônia
1997	Adoção da nova Constituição
1999	Polônia ingressa na OTAN
2004	Polônia ingressa na UE
2007	Eleição de Donald Tusk nas legislativas
2010	Acidente aéreo de Smolensk vitima cúpula governamental polonesa

Cronologia das Relações Bilaterais

1830	Em espetáculo em prol dos participantes do levante polonês de 1830, em Paris, D. Pedro I defende a restauração da nação polonesa
1869	Primeira leva de imigrantes poloneses chega ao Brasil
1907	Ruy Barbosa defende na Haia a restauração do Estado polonês
1918	Brasil reconhece a independência da Polônia (17/8)
1920	Entrega suas credenciais ao Presidente Epitácio Pessoa o primeiro enviado polonês, Ksawery Orlowski (27/5)
1921	Entrega suas credenciais ao Presidente Józez Pilsudski o primeiro enviado brasileiro, Rinaldo de Lima e Silva (3/6)

1922	Presidente Epitácio Pessoa condecorado com a Ordem da Águia Branca
1927	Assinado Acordo de Imigração; 41 mil poloneses chegariam ao Brasil entre 1919-1939
1929	Criada no Rio de Janeiro a Associação Polono-Brasileira Cultural e Econômica; criada em Varsóvia a Associação Polono-Brasileira Ruy Barbosa; assinado Acordo Alfandegário
1934	Visita ao Brasil do Presidente do Senado polonês, Wladyslaw Raczkiewicz; visita à Polônia de missão militar comandada pelo Gal. Leite de Castro
1935	Presidente Getúlio Vargas condecorado com a Ordem da Águia Branca
1939	Legação polonesa no Rio de Janeiro estabelece Comitê de Ajuda às Vítimas da Guerra
1940	Atraca no Brasil o navio "Angola", com poloneses refugiados de guerra; início do recrutamento de cidadãos poloneses no Brasil para os campos de batalha na Europa
1945	Governo brasileiro retira seu apoio ao Governo polonês no exílio e passa a apoiar o Governo temporário de União Nacional em Varsóvia
1946	Legação polonesa retoma suas atividades no Rio de Janeiro
1947	Reaberta Legação brasileira em Varsóvia
1961	Representações diplomáticas elevadas ao nível de Embaixadas; visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da Polônia, Adam Rapacki
1962	Visita à Polônia do Ministro das Relações Exteriores Santiago Dantas; visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior Witold Trampczynski
1970s	Intensificação das relações comerciais, mediante a concessão de créditos brasileiros ao Governo polonês; intercâmbio chega a US$ 700 milhões ao ano; endividamento da Polônia com o Brasil
1985	Encontro entre o Presidente José Sarney e o Primeiro-Secretário do Partido Operário Unificado da Polônia, Wojciech Jaruzelski, em Nova York
1991	Visita ao Brasil do Presidente do Senado Andrzej Stelmachowski; visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia, Krzysztof Skubiszewski
1992	Reestruturação da dívida polonesa com o Brasil
1995	Visita ao Brasil do Presidente Lech Walesa
2000	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Jerzy Buzek e do Presidente do Senado Maciej Plazynski
2002	Visita à Polônia do Presidente Fernando Henrique Cardoso e visita ao Brasil do Presidente Aleksander Kwasniewski
2003	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Wlodzmierz Cimoszewicz
2007	Encontro entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Lech Kaczynski em Nova York; visita ao Brasil do Presidente do Senado Bogdan Borusewicz; inauguração em Varsóvia do Centro Comercial ApexBrasil
2008	Encontro entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Donald Tusk em

	Lima
2010	Visita à Polônia do Ministro das Relações Exteriores Embaixador Celso Amorim
2012	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Radoslaw Sikorski
2013	Visita a Varsóvia do Sr. ME para a 19.ª COP e reunião de trabalho com Chanceler Sikorski

ATOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Comércio e Pagamentos	19/03/1960	15/10/1964	23/12/1964
Acordo sobre Cooperação Cultural	29/07/1991	12/08/1992	25/08/1992
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	05/09/1996	12/01/1998	09/03/1998
Acordo sobre Isenção Recíproca de Vistos	14/07/1999	22/04/2000	18/05/2000
Acordo sobre Serviços Aéreos	13/03/2000	*Aprovado pelo Congresso Nacional em 23/07/2007*	*Aguarda aprovação pelo Parlamento da Polônia*
Acordo sobre Cooperação no Campo de Proteção das Plantas	09/04/2002	*Aprovado pelo Congresso Nacional em 18/04/2006*	*Aguarda aprovação pelo Parlamento da Polônia*
Acordo sobre Cooperação no Campo da Veterinária	09/04/2002	*Aprovado pelo Congresso Nacional em 22/02/2006*	*Aguarda aprovação pelo Parlamento da Polônia*
Acordo de Cooperação no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e Outras Modalidades Delituosas	09/10/2006	*Em tramitação no Senado Federal*	
Acordo-Quadro sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa	01/12/2010	*Aprovado pelo Congresso Nacional em 21/11/2013* *Aguarda promulgação*	
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	26/11/2012	*Aguarda encaminhamento ao Congresso Nacional, para apreciação*	
Acordo sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento do Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular	26/11/2012	*Aguarda encaminhamento ao Congresso Nacional, para apreciação*	

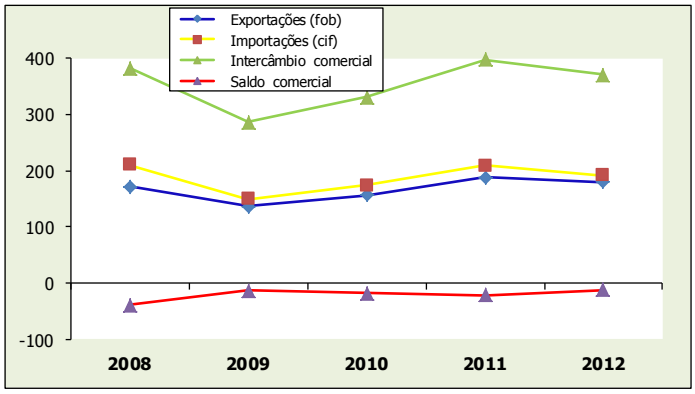
DADOS COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior
US$ bilhões

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-set)	2013 (jan-set)	Var.% 2008-2012
Exportações (fob)	171,9	136,6	157,1	188,1	179,6	137,2	148,9	4,5%
Importações (cif)	210,5	149,6	174,1	209,2	191,4	147,5	150,2	-9,0%
Intercâmbio comercial	382,3	286,2	331,2	397,3	371,0	284,7	299,1	-3,0%
Saldo comercial	-38,6	-12,9	-17,1	-21,1	-11,8	-10,3	-1,4	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

(n.c.) Dado não calculado.

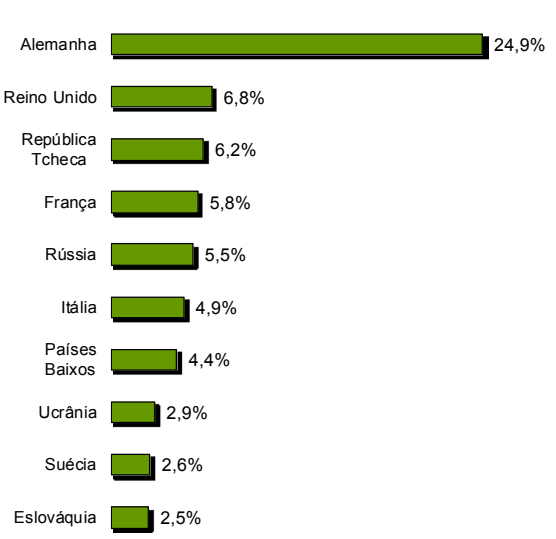


O comércio exterior do país apresentou, em 2012, decréscimo de 3% em relação a 2008, de US$ 382,3 bilhões para US$ 371 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 28º mercado mundial, sendo o 27º exportador e o 27º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US$ 11,8 bilhões em 2012.

Direção das Exportações
US$ bilhões

Descrição	2012	Part.% no total
Alemanha	44,7	24,9%
Reino Unido	12,2	6,8%
República Tcheca	11,1	6,2%
França	10,5	5,8%
Rússia	9,9	5,5%
Itália	8,8	4,9%
Países Baixos	8,0	4,4%
Ucrânia	5,3	2,9%
Suécia	4,7	2,6%
Eslováquia	4,5	2,5%
...		
Brasil	***0,48***	***0,3%***
Subtotal	**120,2**	**66,9%**
Outros países	**59,4**	**33,1%**
Total	**179,6**	**100,0%**

10 principais destinos das exportações



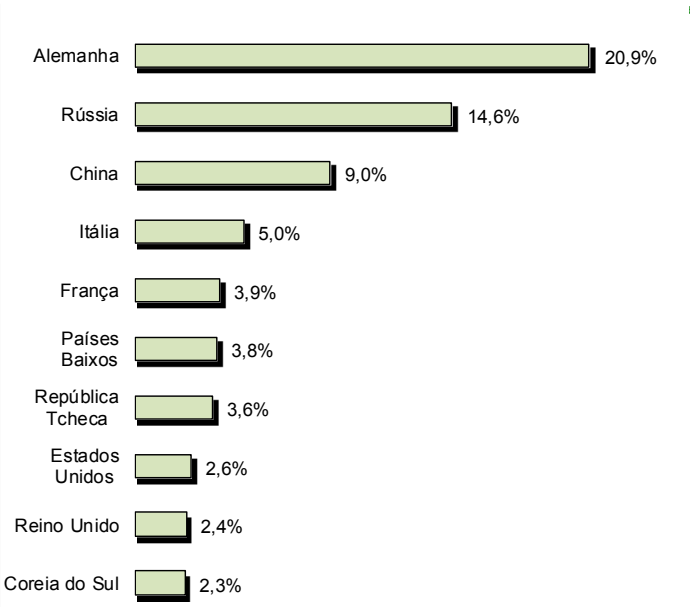
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

As vendas polonesas são direcionadas em grande parte para a União Europeia, que absorveu 75,3% do total das exportações em 2012. Individualmente, a Alemanha foi o principal destino das vendas da Polônia com 24,9% do total. Seguiram-se: Reino Unido (6,8%); República Tcheca (6,2%); França (5,8%); Rússia (5,5%). O Brasil posicionou-se no 42º lugar entre os compradores do país, com 0,3% do total.

Origem das Importações
US$ bilhões

Descrição	2012	Part.% no total
Alemanha	40,1	20,9%
Rússia	28,0	14,6%
China	17,3	9,0%
Itália	9,6	5,0%
França	7,5	3,9%
Países Baixos	7,2	3,8%
República Tcheca	6,9	3,6%
Estados Unidos	5,0	2,6%
Reino Unido	4,6	2,4%
Coreia do Sul	4,4	2,3%
...		
Brasil	***0,91***	***0,5%***
Subtotal	**131,4**	**68,7%**
Outros países	**60,0**	**31,3%**
Total	**191,4**	**100,0%**

10 principais origens das importações



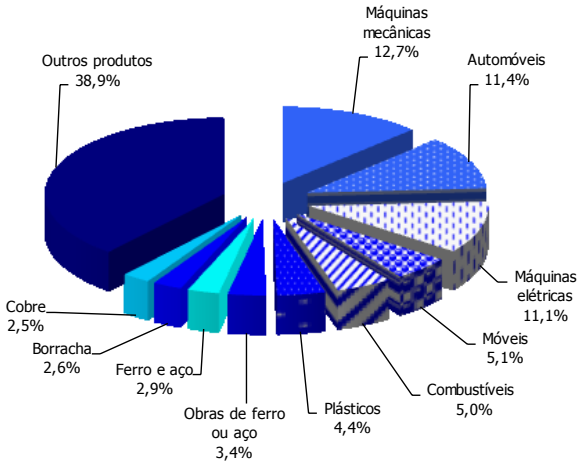
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

Os países da União Europeia são também os principais abastecedores do mercado polonês. Em 2012, somaram 56,3% do total, seguidos da Ásia com 18,5%. Individualmente, a Alemanha foi o principal fornecedor de bens à Polônia, com 20,9% do total. Seguiram-se: Rússia (14,6%); China (9%); e Itália (5%). O Brasil posicionou-se no 31º lugar entre os fornecedores do mercado polonês com 0,5% do total.

Composição das Exportações
US$ bilhões

Descrição	2012	Part. % no total
Máquinas mecânicas	22,8	12,7%
Automóveis	20,4	11,4%
Máquinas elétricas	19,9	11,1%
Móveis	9,2	5,1%
Combustíveis	9,0	5,0%
Plásticos	7,8	4,4%
Obras de ferro ou aço	6,1	3,4%
Ferro e aço	5,1	2,9%
Borracha	4,7	2,6%
Cobre	4,5	2,5%
Subtotal	**109,8**	**61,1%**
Outros produtos	**69,8**	**38,9%**
Total	**179,6**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados



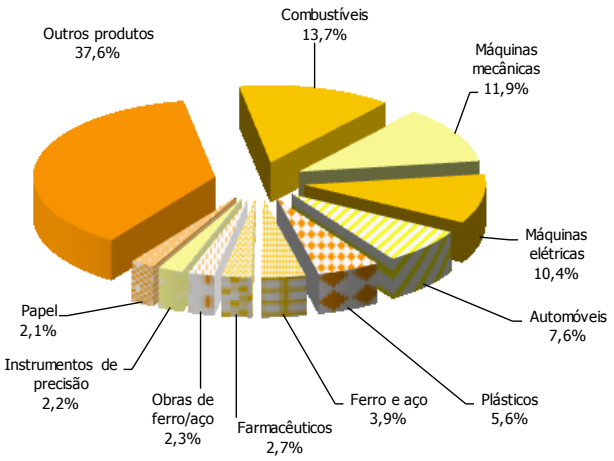
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

Máquinas mecânicas (computadores, motores de pistão a diesel, partes de motores) são o principal item da pauta de exportações da Polônia. Em 2012 representaram 12,7% do total, seguidos de automóveis (partes e acessórios de automóveis, carros, incluindo os "wagon station", caminhões para transporte de mercadorias) com 11,4%; máquinas elétricas (monitores e projetores de TV, fios para bobinas, aparelhos telefônicos, inclusive os celulares) com 11,1%; e móveis (5,1%).

Composição das importações
US$ bilhões

Descrição	2012	Part. % no total
Combustíveis	26,2	13,7%
Máquinas mecânicas	22,8	11,9%
Máquinas elétricas	19,8	10,4%
Automóveis	14,5	7,6%
Plásticos	10,7	5,6%
Ferro e aço	7,5	3,9%
Farmacêuticos	5,2	2,7%
Obras de ferro/aço	4,5	2,3%
Instrumentos de precisão	4,3	2,2%
Papel	4,1	2,1%
Subtotal	**119,5**	**62,4%**
Outros produtos	**71,9**	**37,6%**
Total	**191,4**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

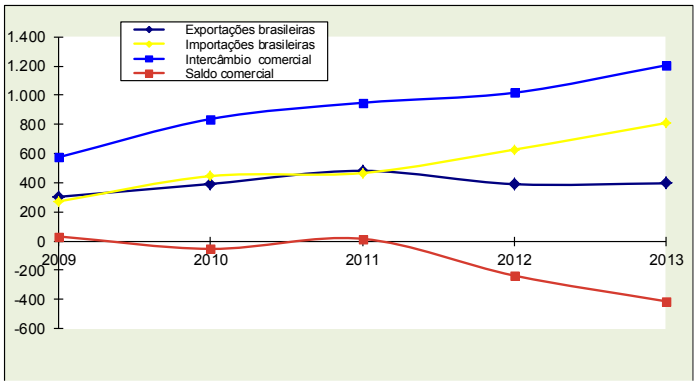
A pauta de importações da Polônia apresentou-se concentrada em combustíveis e máquinas. Em 2012, combustíveis (óleo de petróleo em bruto e refinado) foram o principal item da pauta e representaram 13,7% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores e suas partes e acessórios, partes de motores, impressoras) com 11,9%; máquinas elétricas (partes de receptores de TV, aparelhos telefônicos, inclusive os celulares, circuitos integrados eletrônicos) com 10,4%; automóveis (partes e acessórios para automóveis, carros, incluindo os "wagon station", tratores, caminhões para transporte de mercadorias) com 7,6%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US$ milhões, fob

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-fev)	2014 (jan-fev)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	**303**	**392**	**482**	**390**	**396**	**72**	**108**	**30,5%**
Variação em relação ao ano anterior	-8,0%	29,1%	23,0%	-19,0%	1,5%	-1,7%	50,5%	
Importações brasileiras	**272**	**445**	**466**	**627**	**809**	**115,7**	**116,4**	**197,5%**
Variação em relação ao ano anterior	-48,7%	63,8%	4,7%	34,4%	29,1%	31,1%	0,7%	
Intercâmbio comercial	**575**	**837**	**948**	**1.017**	**1.205**	**187**	**224**	**109,5%**
Variação em relação ao ano anterior	-33,1%	45,5%	13,3%	7,3%	18,5%	16,3%	19,7%	
Saldo comercial	**31**	**-54**	**15**	**-237**	**-413**	**-44**	**-9**	**n.c.**

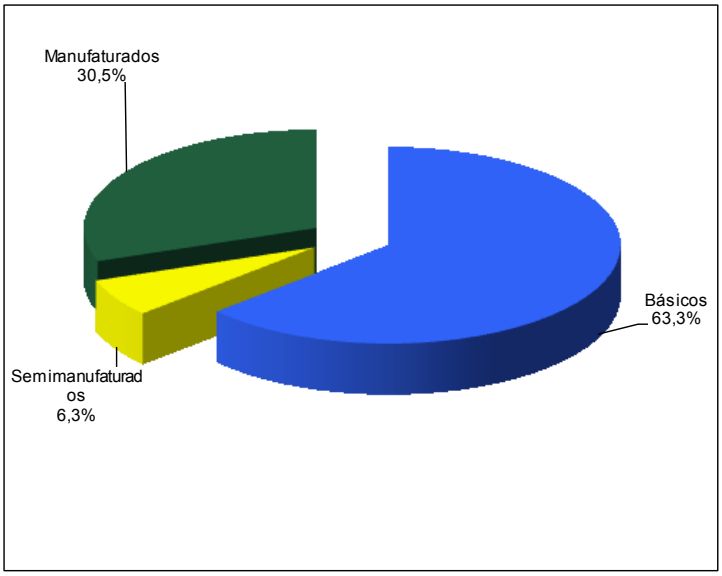
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.

A Polônia foi o 56º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,3% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 109,5%, de US$ 575 milhões para US$ 1,2 bilhão. Nesse período, as exportações cresceram 30,5% e as importações, 197,5%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em 2009 e 2011, registrou déficit de US$ 413 milhões em 2013.



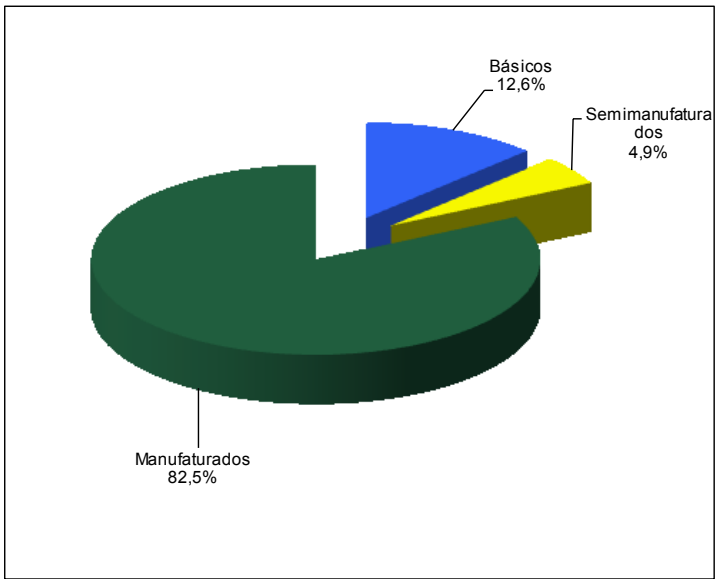
Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2013

Exportações



As exportações brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 62,9% do total em 2013, com destaque para a venda de minérios de cobre, fumo e farelo de soja. Os manufaturados posicionaram-se em seguida com 30,3% (aviões e automóveis) e os semimanufaturados, com 6,2% (cana de açúcar).

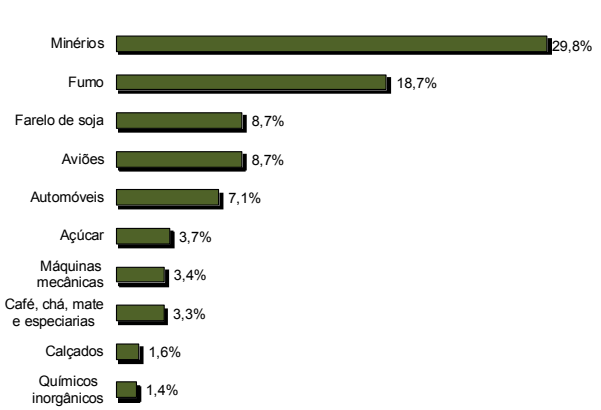
Importações



Os produtos manufaturados somaram 82,5% da pauta de importações em 2013, representados sobretudo por máquinas elétricas e mecânicas. Os básicos posicionaram-se em seguida com 12,6% (coque de hulha), e os semimanufaturados com 4,9% (borracha de estireno-butadieno em formas primárias).

Composição das exportações brasileiras
US$ milhões, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Minérios	2	0	118	29,8%	
Fumo	101	121	74	18,7%	
Farelo de soja	55	45	35	8,7%	
Aviões	107	71	34	8,7%	
Automóveis	48	34	28	7,1%	
Açúcar	14	1	15	3,7%	
Máquinas mecânicas	31	17	13	3,4%	
Café, chá, mate e especiarias	21	11	13	3,3%	
Calçados	4	4	6	1,6%	
Químicos inorgânicos	22	19	6	1,4%	
Subtotal	**404**	**323**	**342**	**86,3%**	
Outros produtos	**78**	**67**	**54**	**13,7%**	
Total	**482**	**390**	**396**	**100,0%**	

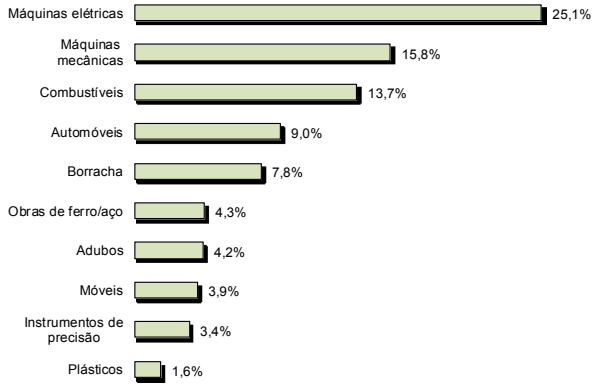


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Minério (minério de cobre, de manganês e de ferro) foi o principal produto brasileiro exportado para a Polônia, representando quase 1/3 das vendas brasileiras para o país. Em 2013, o grupo minérios somou 29,8% do total, seguido de fumo (18,7%); fareo de soja (8,7%); aviões (aviões com peso maior que 15 mil quilos) com 8,7%; automóveis (amortecedores, tratores rodoviários, partes e acessórios de carroçarias para automóveis, partes e acessórios para tratores) com 8,7%.

Composição das importações brasileiras
US$ milhões, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Máquinas elétricas	95	124	203	25,1%	
Máquinas mecânicas	80	101	128	15,8%	
Combustíveis	11	105	111	13,7%	
Automóveis	52	50	73	9,0%	
Borracha	27	22	63	7,8%	
Obras de ferro/aço	21	19	35	4,3%	
Adubos	46	65	34	4,2%	
Móveis	22	24	32	3,9%	
Instrumentos de precisão	14	16	27	3,4%	
Plásticos	13	13	13	1,6%	
Subtotal	**381**	**540**	**719**	**88,9%**	
Outros produtos	**85**	**87**	**90**	**11,1%**	
Total	**466**	**627**	**809**	**100,0%**	



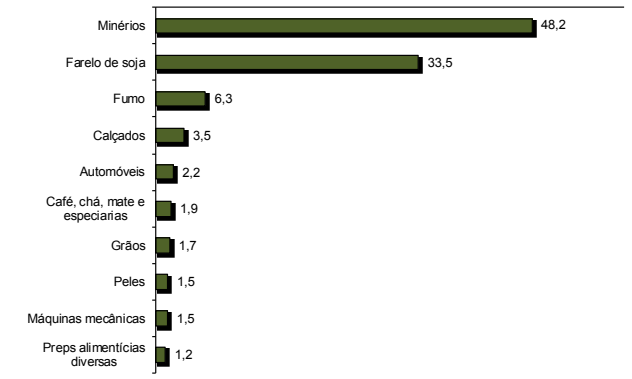
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Máquinas elétricas (partes para aparelhos de telefonia, conversores elétricos estáticos, máquinas e aparelhos elétricos com função própria) foi o principal grupo de produtos importados da Polônia . Em 2013, as máquinas elétricas representaram 25,1% do total, seguidas de máquinas mecânicas (outras turbinas a gás, máquinas para amassar/misturara substâncias minerais sólidas, motores a diesel e semidiesel) com 15,8%; combustíveis (coque de hulha, de linhita ou de turfa, "fuel-oil") com 13,7%; automóveis (outras partes e acessórios de carroçarias para automóveis, para tratores, cintos de segurança para automóveis, partes de caixas de marchas) com 9%; borracha (7,8%).

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2013 (jan-fev)	Part. % no total	2014 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Minérios	1,5	2,1%	48,2	44,7%
Farelo de soja	0,0	0,0%	33,5	31,1%
Fumo	11,6	16,2%	6,3	5,9%
Calçados	2,9	4,0%	3,5	3,3%
Automóveis	3,5	4,9%	2,2	2,0%
Café, chá, mate e especiarias	2,1	2,9%	1,9	1,7%
Grãos	0,4	0,6%	1,7	1,6%
Peles	1,0	1,4%	1,5	1,4%
Máquinas mecânicas	1,6	2,3%	1,5	1,4%
Preps alimentícias diversas	0,4	0,5%	1,2	1,1%
Subtotal	**25,0**	**34,9%**	**101,5**	**94,2%**
Outros produtos	**46,6**	**65,1%**	**6,2**	**5,8%**
Total	**71,6**	**100,0%**	**107,8**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



Importações				
Máquinas elétricas	25,2	21,8%	32,9	28,2%
Máquinas mecânicas	22,5	19,4%	17,7	15,2%
Automóveis	9,7	8,4%	15,6	13,4%
Adubos	1,0	0,8%	12,3	10,5%
Borracha	12,0	10,3%	8,5	7,3%
Móveis	6,1	5,3%	4,6	4,0%
Instrumentos de precisão	3,0	2,6%	4,5	3,9%
Obras de ferro ou aço	7,5	6,5%	3,1	2,7%
Plásticos	1,5	1,3%	2,0	1,7%
Preparações de cereais	1,5	1,3%	1,9	1,7%
Subtotal	**89,9**	**77,7%**	**103,1**	**88,5%**
Outros produtos	**25,8**	**22,3%**	**13,4**	**11,5%**
Total	**115,7**	**100,0%**	**116,4**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil